



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Deputado Alexandre Quintanilha

Assunto: Requerimento para audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica sobre a realidade do emprego científico

Em recente entrevista a um jornal nacional, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) respondeu, à pergunta do jornalista que questionava se esta é uma fase de pleno emprego dos doutorados em Portugal, o seguinte:

“Não tenho dúvida nenhuma que sim. Agora, temos é de atrair doutorados do estrangeiro. Temos de ter – e tivemos – a capacidade de atrair portugueses que estavam no estrangeiro e também estrangeiros que vêm para Portugal, em particular de países europeus. Houve 20% de estrangeiros no último concurso individual, vindos sobretudo de Itália, França e Espanha.”

O conteúdo desta e de outras respostas durante a referida entrevista gerou uma onda de indignação entre os investigadores, que se mobilizaram desde logo com uma carta aberta promovida pela ABIC e subscrita por cerca de mil pessoas, bem como um protesto à porta do Conselho de Ministros (que já tinha sido agendado por FENPROF, SINDEP e ABIC precisamente devido aos problemas sentidos e pela falta de resposta no combate de todas as situações de precariedade).

A carta aberta refere mesmo que o MCTES “confunde o anúncio com a concretização, vivendo numa realidade alternativa àquela que tutela e pela qual é responsável, onde



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

o prognóstico se confunde com o final do jogo.” Prossegue, dizendo que “dos 5000 contratos para doutorados prometidos para esta legislatura só ainda foram formalizados 1500. De acordo com os dados do Observatório do Emprego Científico do dia 22 de janeiro de 2019, a 8 meses do fim da legislatura, ainda estão por celebrar mais de 4000 concursos para doutorados.

Perante este cenário, não ter dúvidas de que “há pleno emprego entre os doutorados” é uma afronta. É uma afronta porque em consequência direta da sua má gestão do processo houve alguns concursos específicos que ficaram por preencher. É uma afronta a todos aqueles que esperam mais de dois anos para que esses concursos abram. É uma afronta a todos aqueles que esperam há muitos meses pelo início do seu contrato já ganho. É uma afronta a todos aqueles que, encontrando-se desempregados e a concorrerem a tudo quanto é concurso, continuam desempregados.”

O PCP denunciou, na declaração política proferida em 30 de janeiro de 2019, que, no nosso país, estamos ainda longe do reconhecimento pleno e efetivo do trabalho com direitos aos trabalhadores científicos e do superior. De facto, os diversos apelos e contactos, de investigadores e outros trabalhadores da ciência que chegam dia-a-dia levam-nos a considerar que o otimismo manifestado pelo MCTES na entrevista choca frontalmente com a realidade do emprego científico neste momento.

Por isso, o PCP considera necessário o esclarecimento por parte da tutela em relação às afirmações que foram proferidas, bem como os fundamentos que levam muitos investigadores a contestar o que foi dito de forma tão indignada e veemente.

Assim, nos termos regimentais devidamente aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP vem, por este meio, apresentar o requerimento para a audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

sobre a situação atual da Fundação para a Ciência e a Tecnologia em sede da 8.ª
Comissão.

Palácio de São Bento, 5 de fevereiro de 2019

As deputadas,

Ana Mesquita
António Pereira

